



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

SELIANE DE OLIVEIRA PASCOAL

**A CONTRIBUIÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO
PROCESSO DE ENSINO/APENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
AUDITIVA**

MOSSORÓ/2017

SELIANE DE OLIVEIRA PASCOAL

**A CONTRIBUIÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO
PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
AUDITIVA**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Orientadora Prof^a: Ms Ana Gabriela de Souza Seal

MOSSORÓ/ 2017

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi implantado nas escolas públicas a fim de superar os diversos desafios existentes na inclusão escolar de pessoas com deficiência. O atendimento é realizado em uma sala de recursos multifuncionais, em horário inverso ao da sala comum frequentada pelo aluno. Desse modo o presente trabalho abordará a contribuição do AEE no processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência auditiva. A discussão se dará a partir da revisão bibliográfica, como também da observação e entrevista realizada com a professora da escola escolhida para verificar a acessibilidade da sala de AEE: a atuação do professor, formação acadêmica e outras questões feitas na entrevista. Através da pesquisa constatamos que o atendimento educacional especializado tem grande relevância no desenvolvimento do aluno com deficiência auditiva/surdez, tendo em vista que os materiais e recursos utilizados levará o aluno a ter um melhor desenvolvimento e aprendizagem.

PALAVRAS CHAVE: ATENDIMENTO; SURDEZ; APRENDIZAGEM..

ABSTRACT

The Specialized Educational Assistance (AEE) Was implemented in public schools in order to overcome the various challenges in the school inclusion of people with disabilities. The attendance is carried out in a Multifunction resource room, in reverse time to the common room frequented by the student. In this way the present work will address the contribution of AEE in the teaching / learning process of hearing impaired students. The discussion will be based on the bibliographic review, as well as the observation and interview with the teacher of the school chosen to verify the accessibility of the AEE room: The teacher's performance, academic background, and other interview questions. Through the research, we verified that the specialized educational service has great relevance in the development of students with hearing loss / deafness Given that the materials and resources used will lead the student to have a better development and learning.

Key words: Attendance; deafness; learning.

1-INTRODUÇÃO

A sociedade tem passado por muitas transformações ao longo dos anos, enfrentando assim grandes desafios no que diz respeito à inclusão social de pessoas com deficiências que influenciou diretamente na educação, que, por sua vez, tem tentado se adequar às novas exigências da sociedade.

Neste sentido Alves (2010) afirma que:

[...] Muitos desafios precisam ser enfrentados e as propostas educacionais revistas, conduzindo a uma tomada de posição que resulte em novas práticas de ensino e aprendizagens consistentes e produtivas para a educação de pessoas com surdez, nas escolas públicas e particulares.

Nesta perspectiva notamos que o ambiente escolar tenta se adequar as novas propostas educacionais para promover a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva, dando-lhes as condições necessárias para seu desenvolvimento. O decreto 5.626 de 2005 discute acerca do atendimento educacional especializado para alunos com deficiência auditiva na escola comum e determinam que todos esses alunos tenham o direito a uma educação bilíngue durante todo seu processo educativo.

Neste sentido a escola deve promover ao aluno com surdez a aprendizagem de duas línguas: a Língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a língua portuguesa, sendo a LIBRAS considerada como língua natural do surdo e a língua portuguesa como a segunda língua, pois assim ele poderá participar ativamente das aulas e desenvolver seu potencial cognitivo, social, afetivo e linguístico.

Nesta perspectiva Júnior e Bedaque (2015, p.33) apontam que:

O atendimento educacional especializado bem como a comunidade escolar deverá reconhecer a LIBRAS como língua natural do surdo, considerando o ensino da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS como primeira língua e o ensino da Língua Portuguesa como a segunda língua.

Sendo assim é de fundamental importância para o aluno com deficiência auditiva ter a possibilidade de aprender nas turmas regulares de ensino juntamente com os demais alunos podendo contar com o auxílio de um intérprete na sala de aula e no atendimento educacional especializado para uma melhor comunicação.

Dessa forma este artigo tem como objetivo norteador discutir acerca das contribuições do atendimento educacional especializado para alunos com deficiência auditiva, bem como mostrar o histórico da educação das pessoas com surdez no Brasil.

Diante desse contexto surgiu o interesse pela temática, como também a partir das discussões acerca da deficiência auditiva no curso de atendimento educacional especializado

da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Outro fator importante é o crescente número de pessoas com deficiência auditiva nas escolas e universidades da rede pública de ensino. Neste sentido cabe a nós, enquanto profissionais da educação a reflexão sobre a forma de inserção da pessoa com deficiência auditiva no ambiente escolar, e se realmente acontece à inclusão de maneira eficaz.

Desse modo compreendemos a necessidade de um atendimento satisfatório aos alunos no atendimento educacional especializado – AEE. Desta forma, a inclusão de pessoas com deficiência auditiva torna-se um grande desafio para o professor de AEE. A inclusão da pessoa surda é relevante, uma vez que ao longo dos anos foram vistos como incapazes ou doentes.

2-A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Durante muito tempo as pessoas com deficiência auditiva não podiam exercer seus direitos de cidadãos, não podiam votar, não herdavam bens de suas famílias e nem podiam ser educados, pois eram considerados seres incapazes. Desde muito tempo a pessoa com deficiência auditiva sofre preconceito por parte da sociedade, e durante a antiguidade os sentimentos que prevaleciam eram de piedade e compaixão como nos afirma Júnior e Bedaque (2015).

Ainda de acordo com estes autores “Levaram-se muitos séculos para as pessoas com deficiência auditiva serem considerados seres humanos com direitos sociais e possuidores de intelectualidade” (JÚNIOR e BEDAQUE, 2015, p.27). No passado eram consideradas pessoas castigadas por deuses ou enfeitiçadas. E por esta razão muitos eram abandonados e até sacrificados.

No entanto a partir do século XVI surgem os primeiros educadores para surdos, começando assim, a dar os primeiros passos para a conquista dos direitos sociais para a pessoa com deficiência auditiva, dentre eles está garantido por lei o direito a educação na escola comum ou escola especializada como nos mostra a lei 10.845/2004, quando no seu Artigo 1º, mas especificamente no parágrafo II afirma que deve ser garantido ao aluno “[...], progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiência nas classes comuns de ensino regular”.

A língua de sinais passou a ser utilizada no século XVIII na Europa e logo se expandiu para os Estados Unidos, o que facilitou a comunicação dos surdos conquistando assim sua autonomia e passando a ter responsabilidade social. No Brasil, neste mesmo século

as pessoas com deficiência auditiva iniciam a organizações de associações de surdos que surgem a partir da necessidade de um espaço para se unirem e resistirem às práticas dos ouvintistas que não respeitavam a cultura deles como nos afirma Strobel (2009).

Inicialmente estas associações de surdos tinham a finalidade de prestar assistência aos surdos mais pobres que estavam passando por problemas relacionados á doença, morte e desemprego, tendo em vista que no século XVIII o padrão de vida era muito baixo. Mas tarde começam a ocorrer algumas transformações, mesmo que ainda timidamente.

No século XIX teve início a educação de surdos no Brasil com a fundação do instituto nacional de pessoas surdas em 1857. A metodologia utilizada inicialmente para ensinar aos surdos no instituto era a leitura de lábios, e foi aos poucos sendo modificada de acordo com o padrão de educação europeu. (MOURA, 2000, p.195).

No entanto neste mesmo período a surdez passou a ser considerada uma doença que necessitava ser curada, e a língua de sinais passou a ser vista como destruidora da linguagem. Nesta perspectiva Moura (2000, p.195) nos afirma que “consolidou-se em nosso país a visão de que a surdez era uma doença que deveria ser curada. A fala foi valorizada na mesma proporção que a língua de sinais foi percebida como destruidora da linguagem”.

Devido a esse pensamento equivocado sobre a surdez, alguns profissionais passaram a defender a oralização do surdo, o que veio a causar nessas pessoas o sentimento de incapacidade diante da sociedade ouvinte (MOURA, 2000, p.195).

Foi a partir do congresso de Milão em 1880 que a língua de sinais foi extinta de vez da educação para surdos, e conseqüentemente o oralismo foi sendo imposto às pessoas surdas, ganhando força a partir da segunda metade do século XIX. Segundo Strobel (2008) “A modalidade oralista baseia-se na crença de que é a única forma desejável de comunicação para o sujeito surdo, e a língua de sinais deve ser evitada a todo custo porque atrapalha o desenvolvimento da oralização”.

Neste sentido as pessoas com surdez ficaram impedidas de se comunicarem pela língua de sinais, sendo essa sua língua natural, e passou a utilizar outros métodos impostos pela sociedade ouvinte, dentre eles o método do oralismo que consiste em ensinar aos surdos a usarem a linguagem oral para se comunicarem (STROBEL, 2008)

Em meados da década de 60 a língua de sinais volta a ser utilizada pelos surdos associada com a oralização, passando a ser reconhecida e valorizada pela sociedade ouvinte, no entanto depois de anos sendo marginalizada e oprimida deixou um imenso atraso cultural, educacional e social ao surdo (STROBEL, 2009).

Neste contexto, após muitas lutas e conquistas pela comunidade surda, a LIBRAS foi reconhecida como língua oficial das comunidades surdas no Brasil a partir da criação da lei federal nº 10.436. De acordo com esta lei no Art. 1º parágrafo único:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Dessa forma a LIBRAS apresenta relevância inquestionável para a comunidade surda, pois é através dela que o surdo se apropria da cultura, estabelece relações sócio-afetivas e ainda pode desenvolver sua aprendizagem no mesmo patamar das pessoas ouvintes. E de fundamental relevância que as escolas regulares desenvolvam uma educação bilíngue para as pessoas com surdez durante todo seu processo educativo, a LIBRAS como sua língua natural e a língua portuguesa como a segunda língua.

Nesta metodologia de ensino denominada de bilinguismo a linguagem oral não é relevante na inserção comunicativa do surdo, pois valoriza o ensino da língua de sinais aos surdos, como também o ensino da linguagem dos ouvintes através da fala e da escrita, proporcionando assim uma maior possibilidade de comunicação e desenvolvimento. (MOURA, 2000, p.195)

Neste sentido percebemos que o surdo passou a ter direito ao ensino da LIBRAS na escola comum, no entanto a língua brasileira de sinais não substitui o ensino da língua portuguesa, devendo esta ser mantida no currículo de ensino para surdos, uma vez que elas se complementam na educação do surdo.

Com a garantia do direito do ensino da LIBRAS ao surdo na escola comum, dar-se início a formação de docentes para atuarem na educação básica e superior, podendo ser realizada nos cursos de letras - libras para professores das series finais do ensino fundamental e em cursos de pedagogia ou curso normal superior para professores da educação infantil e series iniciais do ensino fundamental.

Neste sentido a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, diz que:

A Lei nº10. 436/02 reconhece a Língua brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinados que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2008, p.9).

Mesmo com todo avanço da educação para surdos no Brasil, as leis ainda não são suficientes para garantir um ensino de qualidade para as pessoas surdas, tendo em vista que as práticas educativas estão na maioria das vezes voltadas para os ouvintes. Dessa forma percebemos que a LIBRAS sendo a língua natural dos surdos, devendo então ser adquirida primeiro, e a partir dela o surdo poderá entrar em contato com a língua portuguesa.

Daí a importância do aluno com deficiência auditiva/surdez ter a LIBRAS, inserida em seu currículo escolar, pois contribuirá no desenvolvimento da aprendizagem e facilitará o processo de inclusão. A seguir discutiremos acerca do atendimento educacional especializado para alunos surdos.

2.1 O Atendimento Educacional Especializado para Surdos

A pessoa com deficiência auditiva depara-se com muitos desafios para participarem da educação escolar, isso ocorre em decorrência da estruturação curricular inadequada para o ensino de pessoas surdas, neste sentido torna-se fundamental o acompanhamento especializado para ajudar na superação destas dificuldades, tendo assim a possibilidade de aprender em turmas comuns de ensino regular.

Neste sentido o atendimento educacional especializado- AEE trabalha na perspectiva de proporcionar ao aluno com deficiência acessibilidade e permanência na escola comum, uma vez que busca metodologias que facilitem sua aprendizagem e valorize suas habilidades. É necessário que ao aluno com deficiência seja assegurado não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e continuidade dos estudos destes alunos.

É importante que o professor do AEE considere e atenda as especificidades do aluno com deficiência auditiva/surdez utilizando recursos didáticos que facilitem o desenvolvimento da sua aprendizagem, atuando sempre em parceria com professores da sala comum, família e também com outros profissionais: fonoaudiólogo, psicopedagogo, psicólogo, interprete de LIBRAS e outros se necessário.

Neste sentido notamos a relevância do trabalho em conjunto de todos os profissionais da escola para que possam identificar as diferenças específicas do aluno com deficiência auditiva/surdez, tendo em vista que existem particularidades entre o aluno com deficiência auditiva e o aluno surdo como nos afirmam Júnior e Bedaque (2009, p.33):

No caso dos alunos com deficiência auditiva que utilizam aparelhos auditivos ou possuem implante coclear apresentando boas possibilidades de desenvolvimento da linguagem oral, o professor do AEE deverá reconhecer as necessidades advindas em sala de aula e nos demais espaços educativos

[...] Para os alunos surdos o Atendimento Educacional Especializado contribuirá na escolaridade considerando, principalmente, o aprendizado, valorização e uso da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa escrita, conforme determina o Decreto 5.626/2005.

A inclusão do aluno com deficiência auditiva/surdez requer todo um planejamento de toda a equipe pedagógica da escola, a fim de promover ações que viabilizem sua aprendizagem, tendo em vista as particularidades de cada aluno. De acordo com a resolução 04/2009 são funções do professor de AEE:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Nesta perspectiva cabe ao professor de AEE elaborar e executar um plano de atendimento especializado para o aluno com deficiência auditiva/surdez tendo como princípio suas singularidades, respeitando sua forma de aprendizagem e contribuindo com o seu desenvolvimento cognitivo e social.

A fim de entender melhor como funciona e qual a relevância da sala do AEE no atendimento de alunos com DA, mostraremos a seguir a pesquisa realizada em uma escola pública municipal, onde realizamos a observação da instituição e uma entrevista com a professora do AEE.

3-METODOLOGIA

A pesquisa tem caráter empírico de cunho qualitativo. Será realizada com uma professora do Atendimento Educacional Especializado de uma escola da rede pública de ensino de Mossoró-RN. Sendo realizada a observação da sala do atendimento educacional especializado e uma entrevista com a docente que atua no atendimento de alunos com deficiências.

A escola observada funciona em três turnos, no período da manhã funciona a educação infantil e o ensino fundamental das séries iniciais, durante o turno vespertino o

fundamental das series finais e a noite atualmente têm o curso pró-jovem destinado a jovens que desejam se profissionalizar.

Durante a observação desta instituição foi possível verificar que é bastante ampla, possui oito salas de aula, sala de informática, biblioteca, cozinha, pátio com bastante espaço, campo de futebol, secretaria, sala da diretora, sala de professores, três banheiros, sendo que nenhum desses banheiros é adaptado para pessoas com deficiências, possui também uma sala de AEE que está equipada com recursos específicos destinados a atender aos alunos com diferentes deficiências e transtornos de aprendizagens, tais como computadores, jogos, cartazes informativos com o alfabeto manual em LIBRAS facilitando o ensino/aprendizagem dos alunos, entre outros. Atualmente na sala de AEE são atendidos 15 alunos, dentre esses, uma aluna com surdez.

No que tange a formação da professora, a mesma possui habilitação em pedagogia, pós-graduação em Psicopedagogia e mestrado em Educação, também já fez cursos de LIBRAS a fim de se aperfeiçoar no atendimento de surdos. A professora possui ampla experiência na área do atendimento educacional especializado e atua a 4 anos nesta instituição.

Segundo Bauer (2002) “A pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa soft. o protótipo mais conhecido é provavelmente a entrevista em profundidade”. Nesta perspectiva, realizamos uma entrevista com a professora do AEE e a observação da sala de recursos multifuncionais, a fim de obter informações acerca do uso da sala de AEE em prol do atendimento aos surdos: disposição da sala, materiais específicos, possibilidades de uso pelo docente e pelos alunos.

Neste trabalho buscamos informações relevantes acerca da temática “Contribuição do Atendimento educacional especializado – AEE no processo de ensino/aprendizagem de Alunos com deficiência auditiva”. Para esta pesquisa propomos um estudo qualitativo fazendo um percurso histórico da inclusão do sujeito surdo no Brasil de modo geral. Na escola procuramos identificar como ocorre o atendimento na sala de recursos multifuncionais.

Para a análise procuramos investigar o número de atendimentos de alunos surdos matriculados na escola, e a formação da docente que atua na sala de recurso.

Para isso, elaboramos um roteiro com 09 perguntas, favorecendo certa flexibilidade e prestando informações esclarecedoras. Para Ludke e André (1986, p.12) “o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”. Em outras palavras é perceber se a realidade condiz com a verdade.

A entrevista realizada com a professora do AEE da escola pública municipal de Mossoró- RN apresentam as seguintes questões:

- 1- Há atendimento educacional especializado de alunos com deficiência auditiva/surdez na sala de recursos multifuncionais da escola? Há um quantitativo fixo de alunos acompanhados?
- 2- Qual a frequência semanal de atendimentos nas salas de AEE com alunos com DA?
- 3- Quais as vantagens de se ter disponível uma sala de AEE para o atendimento desses alunos?
- 4- Os alunos com deficiência auditiva/surdez que são atendidos no AEE são usuários da língua brasileira de sinais- LIBRAS?
- 5- Você tem conhecimento da LIBRAS e utiliza esta durante os atendimentos? Como?
- 6- Quais os recursos didáticos privilegiados por você no atendimento do aluno com deficiência auditiva/surdez? Como você faz uso desses com cada caso?
- 7- Qual a relevância de uma formação especializada para o atendimento nas salas de AEE especificamente no que diz respeito aos alunos com DA?
- 8- Os alunos com deficiência auditiva/surdez da escola têm o auxílio de intérprete de LIBRAS durante o atendimento na sala de recursos multifuncionais e na sala de aula comum?
- 9- Para você enquanto profissional do AEE, qual a contribuição do atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência auditiva/surdez?

Buscando um caminho que nos leve a alcançar os objetivos definidos procuramos realizar uma abordagem visando uma aprendizagem significativa. Os recursos utilizados numa pesquisa bibliográfica nos ajuda a compreender a realidade e as necessidades, neste caso, o lócus da pesquisa: a escola.

A pesquisa buscou analisar e compreender a contribuição do Atendimento Educacional Especializado – AEE em uma sala de recursos multifuncionais de uma escola da rede municipal de Mossoró – RN. Realizamos visitas e solicitamos que o titular da sala de recursos respondesse a entrevista proposta.

A referida escola possui sala de recursos e atende a criança surda. Engloba as diversas áreas na mesma sala, tais como: deficiência visual (DV), deficiência auditiva (DA), deficiência Intelectual (DI), etc. os atendimentos ocorrem de acordo com cada especificidade. O atendimento respeita um cronograma com os dias e horários dos atendimentos dos alunos.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

Durante a entrevista realizada com a professora que atende na sala de AEE de uma escola pública do município de Mossoró-RN foram feitas 09 perguntas, em seguida realizamos a análise de cada resposta. A primeira pergunta versou sobre a existência de atendimentos a alunos com deficiência auditiva/surdez na sala de recursos multifuncionais da escola e se há um quantitativo fixo de alunos acompanhados? A professora afirmou que: “Atende alunos surdos e que não há uma quantidade fixa, vai depender da demanda da comunidade escolar”. Desse modo percebemos que existe a procura de alunos surdos pelo atendimento educacional especializado na escola e que são atendidos regularmente.

A segunda pergunta questiona sobre a frequência semanal de atendimentos realizados na sala de AEE com alunos com DA? Segundo a docente o atendimento acontece duas vezes por semana, sendo 1 hora cada atendimento. O atendimento é realizado conforme o plano de atendimento aos alunos. Desse modo observamos que a partir do plano de atendimento são definidos os dias e o tempo de cada atendimento oferecido aos alunos com deficiências, e que segundo a docente do AEE pode variar de acordo com a necessidade de cada aluno atendido.

Na terceira pergunta foi questionada sobre: Quais as vantagens de se ter disponível uma sala de AEE para o atendimento desses alunos? Ao responder a essa questão a professora frisou acreditar que:

A sala de recursos facilitará no processo de ensino e aprendizagem do aluno com DA, pois o caráter pedagógico desse atendimento é suprir a necessidade do aluno, a fim de assegurar o direito de acesso a recursos que possam potencializar suas capacidades e promover o seu desenvolvimento e aprendizagens, e consequentemente essa ação conduzirá o aluno a sua emancipação.

Nesta perspectiva Alvez (2010) diz que: “O AEE para alunos com surdez, na perspectiva inclusiva, estabelece como ponto de partida a compreensão e o reconhecimento do potencial e das capacidades dessas pessoas, vislumbrando o seu pleno desenvolvimento e aprendizagem”. Assim percebemos que a sala do AEE funciona como um importante recurso para a inclusão de pessoas com DA, pois propicia as condições necessárias para promover a aprendizagem, e desenvolvimento através de metodologias e recursos adequados as suas necessidades.

A quarta questão foi feita para sabermos se os alunos com deficiência auditiva/surdez que são atendidos no AEE são usuários da língua brasileira de sinais- LIBRAS? A resposta foi que:

Sim, a sua comunicação é mais eficaz. Insistimos no fato de que todo indivíduo surdo precisa ter uma forma de comunicação, seja ela a fala ou a língua de sinais, pois essa comunicação fará o elo entre o indivíduo e o mundo. A abordagem utilizada atualmente na educação das pessoas com surdez é o bilingüismo. Preconiza a aquisição de duas línguas: A primeira língua a de sinais. (Língua materna dos surdos). E a segunda o português oral ou escrito.

De acordo com a resposta da professora e com os textos estudados para a construção deste trabalho, percebemos que é de grande relevância para o aluno com surdez ter uma educação bilíngue durante seu processo educativo, tendo em vista que pode haver uma melhor comunicação entre os alunos surdos e os ouvintes, potencializando assim seu desenvolvimento cognitivo, linguístico, social e afetivo, uma vez que torna-se mais fácil para a pessoa com surdez utilizar a língua de sinais para comunicar-se e para adquirir outras aprendizagens necessárias a sua vivência em sociedade.

Na quinta questão procuramos saber se a professora tem conhecimento da LIBRAS e se utiliza esta durante os atendimentos? Como? A resposta é a seguinte:

Sim, já fiz cursos de LIBRAS e formação continuada para facilitar a minha comunicação com meus alunos surdos. Apesar das minhas buscas nas formações ainda sinto dificuldade. Porém o atendimento na sala de recursos é trabalhado a língua portuguesa, mas a língua de sinais fará o elo entre o aluno surdo e o professor na comunicação do processo de ensino-aprendizagem.

Mediante a resposta percebemos que a profissional tem buscado se capacitar para atender melhor aos alunos com surdez, mas ainda não realiza o atendimento utilizando a LIBRAS e sim a língua portuguesa, pois a mesma revela ter dificuldades em se comunicar através da língua de sinais. Nesta perspectiva (STROBEL, 2008 p.35) diz que “A educação de surdos, seja na escola de surdos, seja a inclusão deve determinar e controlar, segundo a lei, a presença da língua de sinais garantindo sua proficiência entre os professores, funcionários e demais membros do contingente escolar”.

A sexta questão indaga a respeito de quais os recursos didáticos privilegiados por você no atendimento do aluno com deficiência auditiva/surdez? Como você faz uso desses com cada caso?

Na educação dos surdos, a adequação do ensino da língua portuguesa ocorre por meio de práticas metodológicas de ensino de segundas línguas e o uso de

recursos visuais. Nesta perspectiva organizamos a sala de recursos respeitando os seguintes princípios: Riqueza de recursos visuais (imagéticos), amplo acervo textual em língua portuguesa, dinamismo e criatividade na elaboração das atividades. Nesse atendimento, focamos o estudo dessa língua nos níveis morfológico, sintático, e semântico-pragmático, ou seja, como são atribuídos os significados as palavras e como se dá a organização delas nas frases e textos de diferentes contextos. Minha aluna com surdez no qual trabalho faz leitura labial e utilizamos recursos visuais de comunicação para servir de apoio à informação transmitida oralmente (desenho, leitura, vídeo, cartaz, etc.).

Tendo com base a resposta desta questão percebemos que a aluna não utiliza a LIBRAS para se comunicar, a mesma faz leitura de lábios e a professora utiliza recursos visuais de comunicação para servir de apoio. No entanto sabemos que é de grande importância a aluna conhecer e utilizar a LIBRAS na comunicação, tendo em vista que essa é língua natural do surdo e ao utilizar a língua de sinais poderá superar suas dificuldades de comunicação. Nesta perspectiva Junior e Bedaque (2015) afirmam que [...] o ensino da LIBRAS deve ser presença obrigatória na escola.

Na sétima pergunta procuramos saber qual a relevância de uma formação especializada para o atendimento nas salas de AEE especificamente no que diz respeito aos alunos com DA? A professora respondeu que:

O profissional só dar conta se ele tiver esta formação especializada para poder atender as especificidades desta clientela. A diversidade escolar hoje exige uma formação continuada que nos capacitem a atuar de forma responsável. Além dessa formação específica é necessário ter a humanização, pois é muito importante para contribuir com o sucesso escolar desses alunos. Portanto somente o conhecimento não basta precisarmos ter sensibilidade para atuarmos juntos na defesa dos direitos das pessoas com deficiências.

Através desta resposta, refletimos acerca da relevância do atendimento educacional especializado para alunos com DA. Não se trata apenas aplicar metodologias que desenvolva sua aprendizagem, mas de contribuir com seu desenvolvimento social a fim de inseri-lo na sociedade.

A oitava pergunta foi: Os alunos com deficiência auditiva/surdez da escola têm o auxílio de intérprete de LIBRAS durante o atendimento na sala de recursos multifuncionais e na sala de aula comum? A docente disse que:

Não, ainda não temos profissionais suficientes na rede com essa formação para atender nossa clientela com surdez. Temos um grupo de profissionais que faz rodízio nas escolas para orientar os alunos e professores facilitando a comunicação. Mas mesmo assim não atende a necessidade e o direito do aluno em ter um intérprete na sala de aula. A lei que dá direito ao aluno surdo ter um intérprete na sala de aula ainda continua no papel.

Ao analisar essa resposta percebemos que a aluna com surdez não esta tendo atendimento de forma adequada, pois sem intérprete o ensino de LIBRAS fica impedido de comunicar-se através da sua língua natural, tendo que utilizar outros recursos para socialização no ambiente escolar.

Nesta perspectiva a lei 13.146/2015 determina em seu artigo 28 a garantia de: “Formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e interpretes de LIBRAS [...]”. Com estes profissionais os alunos terão um melhor desenvolvimento da aprendizagem.

Na ultima pergunta a professora foi questionada sobre a contribuição do atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência auditiva/surdez, segundo a sua resposta:

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda de audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico e político cultural, tendo perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem. E com o atendimento do AEE essas dificuldades poderão ser sanadas onde o aluno terá mais uma oportunidade para o acesso ao conhecimento e consequentemente um sucesso acadêmico.

Assim sendo percebemos que o atendimento educacional especializado é indispensável ao aluno com surdez, uma vez que, há uma necessidade maior de atenção deste para que possa aprender de forma efetiva como os demais alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo discutir acerca do atendimento educacional especializado de alunos com deficiência auditiva/surdez numa escola pública do município de Mossoró-RN, bem como mostrar o percurso histórico da inclusão de pessoas surdas nas instituições escolares.

A partir dos aspectos discutidos percebemos que durante muito tempo as pessoas com deficiência auditiva/surdez foram vistas como pessoas incapazes de adquirir aprendizagens e desenvolver habilidades, pois eram consideradas doentes e deficientes, e sem capacidade de realizar ações inteligentes. Durante anos a educação de pessoas com surdez foi baseada em metodologias voltadas para pessoas ouvintes, pois acreditava-se na oralização do surdo. No entanto essa ideia foi desmitificada, e a educação do surdo passou a utilizar

recursos voltados para facilitar seu processo de ensino aprendizagem, dentre esses recursos esta a LIBRAS, a língua natural do surdo.

Na entrevista realizada com a docente que atua na sala do AEE, observamos que há dificuldades para atuar com alunos com surdez na escola, tendo em vista que não há um acompanhamento regular de um interprete de Libras, e a professora ainda tem muitas dificuldades com a língua de sinais. No entanto percebeu-se durante o depoimento da professora a busca de qualificação através de cursos de formação continuada para melhor atender aos alunos com surdez que são atendidos nesta instituição.

Assim sendo percebemos que é de grande importância a busca de capacitação do professor, pois assim ele estará valorizando sua formação enquanto profissional, bem como ajudando aos alunos a superarem suas limitações.

Portanto percebemos que ainda há muito a se fazer pela inclusão de pessoas com deficiência auditiva/surdez nas escolas, pois evidenciamos através deste estudo que a lei que determina o atendimento educacional especializado aos surdos nas escolas, à qual citamos anteriormente não esta sendo respeitada. Desse modo esperamos que seja revista a organização do atendimento nesta instituição para que os alunos com surdez possam de fato estar em um ambiente inclusivo.

REFERÊNCIAS

- ALVEZ, Carla Barbosa. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez.** Et al, Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.** Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto 5.626. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.
- BRASIL. Resolução CBE/CEB nº4, de 2 de Outubro de 2009. **Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 05 Out. 2009.
- BAUER, Martin W. Gaskell, George. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macêdo. **Atendimento educacional Especializado: pessoa com Surdez.** SEESP/SEED/ MEC, Brasília, 2007.
- JUNIOR, Francisco Varder Braga. BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Deficiência Auditiva e o Atendimento Educacional especializado.** Mossoró: Edufersa, 2015.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.
- MOURA, M. C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter/Fapesp, 2000.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre cultura surda.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- SEESP/MEC. **Saberes e Práticas da Inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos.** Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2010.